

Informações sobre o desconto de Mensalidade e o Fundo de Greve

Os Servidores do Seguro e Seguridade Social realizam atividades em todo o país desde a Greve encerrada em 2005, com Paralisação em 2006 e Marcha em 2007 que levou milhares de servidores a Brasília, reabrindo as negociações do Plano de Carreira que estavam suspensas desde 2006. Desde então, realizamos Paralisações, Atos e muitas caravanas a Brasília, impondo derrotas ao projeto do governo e conseguindo avanços em nossos vencimentos, na forma de pagamento da gratificação, que passou para 50 pontos a aposentados e pensionistas.

Em 2008, os trabalhadores do Paraná, sem considerar as plenárias estaduais realizadas com a participação de representantes de todas as regiões do Estado, estiveram quatro vezes em marcha a Brasília, em Março, Abril, Maio e Junho, buscando cumprimento dos acordos firmados pelo governo. Por força da mobilização, ocupação dos ministérios do Planejamento, Saúde e INSS, conquistamos novas Tabelas Salariais. Embora não tenhamos conseguido o tratamento isonômico para todos, em todas as categorias houve aumento nos vencimentos.

Para fazer frente ao dispêndio financeiro destas atividades os trabalhadores aprovaram em duas plenárias estaduais, dia 05 de Novembro de 2008, em Londrina e 30 de Maio de 2009, em Curitiba, a realização de campanha financeira com desconto extraordinário de uma mensalidade dos filiados ao SINDPREVS/PR. À época foi amplamente comunicado a todos os servidores.

Com a deflagração da Greve por Tempo Indeterminado a partir do dia 16 de Junho, foi então viabilizado o comando financeiro. Nem precisamos dizer que esta Greve, tanto a multa estipulada pela justiça contra as entidades, quanto os gastos com as atividades, superaram todas as expectativas. São mais de cinco milhões de reais somente de multa nos trinta dias de greve.

A história de luta dos trabalhadores do Seguro e Seguridade Social foi construída com a solidariedade de todos, e assim conseguimos manter nossas conquistas, obter ganhos salariais e principalmente avanços nas carreiras, para não permitir a demissão de servidores ou então não permitindo a redução salarial – mesmo proibida por lei – sempre tem governo tentando fazer, exemplo da proposta indecorosa para todos que não aceitassem aumento da Jornada de Trabalho de 40 horas e resistissem cumprindo às 30 horas.

Mobilização

dos trabalhadores da ANVISA

Os trabalhadores da ANVISA foram enganados pelo governo que, após a assinatura do Acordo, se recusou a instalar o Grupo de Trabalho para discutir as carreiras. Em assembleias realizadas por todo o país, inclusive no Paraná, foi aprovado o Indicativo de Greve se o governo não iniciar as negociações o mais urgente possível. Entre as reivindicações, está a incorporação das **Gratificações produtivistas, Melhores Condições de Trabalho e Novas Tabelas Salariais**. Também há grande revolta contra o anúncio de que o governo vai retirar os poderes reguladores da ANVISA para beneficiar os grandes empresários.

O SINDPREVS/PR vai realizar assembleia estadual para intensificar a mobilização de todos os trabalhadores da ANVISA no Paraná.

Devido a pressão do Comando de Mobilização, o INSS editou o Memorando nº. 32, autorizando o parcelamento dos dias parados da Greve. Tendo em vista que algumas gerências não cumpriram estas determinações, o Comando está realizando atividades em Brasília buscando dar cumprimento ao que foi acordado. Estaremos ainda pressionando o ministro da Previdência Social para iniciar discussões no Grupo de Trabalho do que foi acordado com os deputados durante a greve.

Valdir Simão não é mais presidente do INSS

Confirmando as denúncias feitas pelo SINDPREVS e FENASPS, quando um servidor do governo pratica uma grande maldade contra os trabalhadores é promovido como pagamento de seu trabalho. O ex-presidente do INSS vai para a Receita Federal do Brasil, um local do qual nunca deveria ter saído para torturar os trabalhadores.

QUAL É O VALOR DAS MENSALIDADES DOS FILIADOS?

Os Sindicatos da Saúde, Previdência e Trabalho de todo País, definiram o valor das contribuições das mensalidades do sindicato como sendo de 1%, calculada sobre o Salário Base + Gratificações, sendo o mesmo percentual cobrado igualmente de todos os filiados, conforme os salários que cada filiado recebe diferenciado pela carreira e pelos ministérios a que pertencem. Importante lembrar que todos os funcionários do Seguro, Seguridade Social e Funasa, tiveram acréscimos em seus vencimentos pelas Leis 11.87854 de 22/09/2008 (MP 431) e 11.501 de 11/07/2007 (MP 441). Desta forma, os valores pagos correspondem a tão somente aos salários de cada servidor. Existem algumas associações que nada fazem pelos servidores, que podem até cobrar menos, mas nunca prestaram contas dos seus atos, o SINDPREVS/PR realiza constantemente Plenárias Estaduais abertas a todos que quiserem participar e anualmente é feita a Prestação de Contas em assembleia amplamente divulgada. Aliás, a próxima assembleia será realizada agora em agosto.

E os filiados que não concordarem com o desconto extra de mensalidade, devem entrar em contato com o SINDPREVS para as devidas providências de devolução dos valores.

RELATÓRIO FINANCEIRO DE 16 JUNHO À 24 DE JULHO DE 2009 MOBILIZAÇÃO GREVE/ 2009

SAÍDAS	
Telefone/Fax	R\$ 3.794,32
MOBILIZAÇÃO	
Plenária Estadual do SINDPREVS-PR, – reunião por local de trabalho (Deslocamento e Hospedagem dos Delegados a Plenárias, Caravanas e Atos Nacionais/ Deflagração da Greve	R\$ 62.777,42
Caravanas Santa Catarina	R\$ 8.826,70
DESPESAS COM MOBILIZAÇÃO	
Faixa, panfletos, combustível, alimentação e Correios	R\$ 5.783,45
MATERIAL DE EXPEDIENTE	
Papéis/tinta impressora/ toner para xerox, /Jornal e despesas do Comando Estadual de Greve - .Material de expediente/despesas.....	R\$ 17.224,97
SERVIÇOS DE INFORMÁTICA	
Manutenção e serviços técnicos	R\$ 3.000,00
OUTRAS DESPESAS	
Confecção de camisetas	R\$ 7.412,93
Total de despesas pagas.....	R\$ 103.036,34
Despesas a pagar.....	R\$ 25.000,00
TOTAL DAS DESPESAS.....	R\$ 128.036,34
Multa aplicada pela Justiça.....	R\$ 5.000.000,00

Informe da FENASPS

CALENDRÁRIO

- 30 e 31 de Julho/09** – Reunião GT da Seguridade Social;
- 31 de Julho/09** – Reunião DEN/FENASPS;
- 1 de Agosto/09** – Encontro Nacional dos Trabs. do Seguro Social;
- 2 de Agosto/09** – Plenária Nacional da FENASPS.

DEVOLUÇÃO: AV. Jorge Casoni, 2575 – Londrina – PR – CEP 86010-250

JORNAL DO

sindPREVS

Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Ação Social do Estado do Paraná

JULHO-AGOSTO DE 2009

IMPRESSO



A GREVE FOI SUSPENSA - A LUTA PELAS 30 HORAS CONTINUA!

Os servidores do Seguro Social realizaram 30 dias de Paralisação lutando pela manutenção da Jornada de trabalho de 30 horas semanais. Enfrentamos o aparelho do Estado, Poder Executivo, Justiça Federal e repressão da Polícia Federal com ordens de abrir as agências a qualquer custo. Em nossa história de luta nunca antes enfrentamos agressões desta dimensão. O governo, na tentativa desesperada de por fim a greve, obteve Liminares junto ao Superior Tribunal de Justiça que deferiu oito liminares aplicando multas diárias superiores a cem mil reais. Adotando atitudes fascistas, praticava todo o tipo de assédio moral contra os grevistas, seja com ameaças de abertura de inquéritos por abandono de emprego representado pelo código 28, ou ainda pelas ações de grande parte dos gerentes e chefias, que deixaram cair à máscara que usavam quando faziam pedidos para os servidores trabalharem além do horário de expediente, dizendo que éramos todos parte de uma “família previdenciária”. Então, fomos transformados em filhos bastardos, tal o tratamento que deram a todos nesta greve: intimidação diária, ameaças, corte de ponto com desconto de salários e todo tipo de perseguição. A direção do INSS não imagina o quanto perdeu com este ataque contra os trabalhadores do Instituto que deram o sangue para manter os serviços em dia, superando, além das expectativas, os índices do IMA/GDASS. Tem Gerência Executiva da Região Sul aonde os servidores chegaram a atingir 23 dias sem terem nenhum agradecimento, homenagem ou coisa assim. O prêmio dado pelo governo em troca da dedicação total foi o aumento da jornada de trabalho. Como consequência, os trabalhadores deflagraram a greve e foram duramente reprimidos com ameaças, códigos 10 e 28 e descontos nos salários. Este foi o pagamento a quem trabalhou com tanta dedicação, tanto esforço. Cabe uma pergunta a todos os servidores: “**Quem foram mesmo os beneficiários dos nossos esforços?**” Certamente não aqueles que trabalharam com afinco, mas sim quem “ocupa os cargos de confiança que puderam ostentar estes números perante seus superiores, para demonstrar o quanto foram eficientes”.

A LUTA PELAS 30 HORAS CONTINUA SEMPRE

Nem os ataques, nem a repressão, nem a intervenção do Estado, vai impedir a continuidade da luta pela Jornada das 30 horas. Os servidores continuarão em frente, mantendo a resistência na certeza de que lutamos por um direito conquistado com a coragem de quem decidiu não cumprir ordens de Ministros e Presidentes do INSS que revestidos de uma roupagem de legalidade, autoritariamente decidem oprimir a todos os que lutam por seus direitos. Estes passarão, porque ocupam provisoriamente estes cargos, enquanto que os servidores continuarão exercendo dignamente suas atribuições, não precisam ocupar cargos de confiança nem fazer parte dos beneficiados com o festival de diárias que são distribuídas fartamente aos serviços do poder. Agora, aprenderam uma nova lição, para aqueles que vivem como marajás recebendo mais de dez mil reais por ocuparem cargos de DAS, não importam o quanto nós trabalhamos, nem a qualidade do atendimento prestado aos milhões de segurados e sim a apresentação de estatísticas. Afinal, estas pessoas que não fazem parte da Carreira do Seguro Social, são meros ocupantes de cargos de confiança por terem prestados bons serviços aos partidos que se revezam no poder. Como dizia um parlamentar: “*a grande maioria destes não se preocupa com a opinião do povo que os elegeu*”

ASSEMBLEIA NO SINDICATO – CURITIBA



A FENASPS ORIENTA

A plenária da FENASPS que deliberou pela Suspensão da Greve, aprovou orientação a todos os servidores para manterem a mobilização e a resistência cumprindo a Jornada de Trabalho de 30 horas semanais, porque a luta vai continuar. Os trabalhadores vão esperar por 90 dias e se o governo não cumprir o que foi estabelecido entre Comando de Greve e Lideranças do Governo na Câmara dos Deputados, a Greve poderá ser retomada no segundo semestre.

A LUTA DOS SERVIDORES DO SEGURO E SEGURIDADE SOCIAL

Os Servidores da Seguridade Social há décadas lutam por melhores condições de trabalho, plano de carreira e salários dignos. Embora tímidos na luta, obtiveram alguns avanços, mas ainda estão longe de receberem uma remuneração justa pelo importante trabalho prestado à população, principalmente os setores carentes que só utilizam estes serviços.

O Governo Lula tenta manter a política salarial mediante pagamento de gratificações produtivistas e impôs às entidades acordos vigentes até 2011, com aumento das gratificações, que poderá chegar a 70% dos vencimentos. Todas as categorias estão mobilizadas tentando derrotar esta política.

Travamos uma luta sem tréguas para manter a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas, que recebiam 30 pontos do valor da gratificação pago aos servidores ativos. Nesta luta conquistamos 50 pontos e na proposta de Plano de Carreira que está em discussão com os Ministérios da Saúde, Trabalho, Previdência e INSS, as entidades propõem incorporação de todas as gratificações para por fim a esta política discriminatória.

Jornada de 30 horas - uma luta de todos os trabalhadores

Há mais de duas décadas os trabalhadores do Seguro e Seguridade Social lutam na defesa da Jornada de Trabalho de 30 horas semanais, uma das maiores conquistas da luta desta categoria. Ao longo dos últimos vinte anos todos os governos, sem exceção, tentaram retirar este direito e os trabalhadores lutaram até as últimas conseqüências, enfrentando a nova república de José Sarney, contra as demissões e disponibilidades de Collor de Melo e Itamar Franco e resistiram dez anos de neoliberalismo que privatizou e desmontou o Estado com Fernando Henrique Cardoso.

O Governo Lula, o empregado mais eficiente do sistema capitalista, em seu estilo autoritário e populista, vai abrir mais de 750 novas agências da Previdência. Ele tem conhecimento da realidade da Saúde, Trabalho e Previdência Social, onde milhares de servidores já cumpriram todas as condições para se aposentarem em 2009. E quer, na marra, a ferro e fogo, resolver os problemas da falta de funcionários aumentando a Jornada de Trabalho em todos os setores do Seguro e Seguridade Social, atingindo assim vários objetivos: **a) Aumentando em duas horas de trabalho poderá ganhar 33% a mais na força de trabalho e desta forma não precisará realizar concurso público para repor o quadro de pessoal nas unidades de saúde, trabalho e nas novas APS, não precisando substituir os milhares de trabalhadores que estarão se aposentando; b) Reduzir o gasto com pessoal, pois além do aumento da Jornada de Trabalho que significa uma perda real de um terço nos vencimentos dos servidores, e ainda manter a quebra da paridade entre ativos e aposentados. c) Consolidar a política salarial de pagar salários com gratificações produtivistas mediante avaliação de desempenho individual. Assim poderá manter todos os servidores envolvidos no cumprimento de metas, além de reduzir a despesa da folha, pois sempre haverá redução no valor da GDASS/GDPST nas avaliações individuais de desempenho.**

Este governo continua aplicando instrumento do projeto neoliberal, impondo aos trabalhadores um ritmo alucinante de trabalho para que a classe não consiga se mobilizar para enfrentar os ataques que virão embutidos na GDASS/GDPST, pois o patrão é o único com poder para ditar os ritmos de trabalho. Ou seja, vai estabelecer novas metas quando os servidores estiverem exauridos, pois atingiram as metas estabelecidas anteriormente. Este processo faltamente manterá os trabalhadores pressionados para manter o IMA/GDASS e GDPST, num processo de robotização prejudicando os segurados da Previdência que terão os benefícios indeferidos para manter as metas, e também na Saúde, que não atenderá a população por falta de condições. Os ataques aos direitos dos trabalhadores como **aumento de jornada, perseguição e assédio moral** seriam facilmente aceitos, "afinal, os funcionários que não estiverem comprometidos (enquadrados) com os objetivos (de dominação) da Instituição, poderão ser afastados ou até demitidos com o apoio dos componentes da equipe de trabalho". O importante é atingir os objetivos institucionais.

*Aumento da Jornada,
falta de funcionários,
avaliação de desempenho...
Não dá para aguentar mais essa tortura...*



Nos mais diferentes países e setores produtivos onde este projeto foi implantado provocou todo tipo de tragédia, porque a competitividade levará ao aumento do individualismo, robotização e doenças do trabalho. Vem daí o alto índice de acidentes de trabalho e mais de dois milhões de benefícios por Auxílio-Doença. Em grandes empresas nacionais ou transnacionais como a FIAT, Wolkswagen, Bancos, ANBEV e Renault, isto não é novidade, acontece todos os dias, é a chamada qualidade total, que retira o máximo da capacidade produtiva (mais valia) dos trabalhadores. Esta tragédia se consuma quando algum trabalhador tiver a audácia de ficar "doente", vítima das doenças oriundas no ambiente do trabalho, psicossomáticas, transtornos mentais ou DORT/LER, será prontamente jogado num canto fazendo sub-trabalho, pois a Instituição Pública, seja o INSS ou Seguridade Social, não tem nenhum programa de amparo e os dirigentes não têm sequer a dignidade de buscar uma solução alternativa como faz a Previdência Social com os trabalhadores do Regime Geral. Então, como se fosse normal descartar um ser humano de forma cruel e implacável, aposentam compulsoriamente este trabalhador que sofrerá perdas irreparáveis em seus vencimentos. É necessário encaminhar os trabalhadores da Saúde, Trabalho e INSS para recuperarem sua condição de saúde ou fazerem readaptação em outra atividade que não seja prejudicial à sua saúde dentro da própria estrutura dos Ministérios da Saúde, Trabalho e Previdência Social. Temos casos de aposentados com redução de mais de 50% no total dos vencimentos que serão obrigados a pagar o próprio tratamento, pois estão em completo abandono. Que o digam os casos dos aposentados forçosamente nesta condição. Nos últimos anos, somente na região de Cascavel são dezenas de ocorrência, na Saúde e INSS, com uma vítima em serviço.

São estas as razões porque os servidores lutam e continuarão a lutar pela Jornada das 30 horas de Trabalho para atenderem com saúde e sanidade mental, aos milhões de aposentados, esta massa de segurados, usuários do Sistema de Saúde e Previdência Pública (INSS). Está comprovado que desempenhar este trabalho no regime intensivo de oito, dez horas, vai incorporar grande massa de trabalhadores à legião de mutilados, que foram abandonados a própria sorte.



ORIENTAÇÃO PARA INGRESSAR COM AÇÃO JUDICIAL

DESVIO DE FUNÇÃO (INSS)

Muitos servidores do INSS, principalmente aqueles que trabalham nas Agências da Previdência Social, vêm trabalhando no exercício de funções que não aquelas inerentes aos seus cargos. Tal situação é mais comum de ocorrer com o Técnico e o Analista Previdenciário, os quais geralmente realizam as mesmas atividades, embora isto ocorra também relativamente a outros cargos.

A Jurisprudência pacífica dos Tribunais entende que o servidor que trabalha em desvio de função, mesmo que durante longo tempo, não possui direito ao reequadramento no cargo cujas funções efetivamente desempenham, mas se este cargo tem remuneração superior ao que ocupa, **faz jus ao recebimento dos valores relativos à diferença de vencimentos entre um e outro enquanto permanecer trabalhando em desvio de função.**

Diante desta situação que se prolonga já há bastante tempo, desde antes da implantação da carreira do Seguro Social, o SINDPREVS-PR está orientando os servidores do INSS para que entrem com ação judicial visando cobrar as diferenças de vencimentos pelo trabalho em desvio de função. Para tanto, os servidores interessados terão que providenciar os documentos constantes da relação anexa, além de testemunhas, as quais podem ser colegas de trabalho, conforme relação abaixo.

DOCUMENTOS E TESTEMUNHAS

TESTEMUNHAS: Pelo menos três testemunhas, preferencialmente colegas de trabalho, que ao longo dos últimos cinco anos tenham presenciado o servidor trabalhar em desvio de função, não importando se este servidor também estava na mesma situação. Tais testemunhas não podem ser parentes do servidor.

DOCUMENTOS: São necessários os seguintes documentos:

- Cópias de documentos em que conste o nome do servidor e cuja atribuição seja de outro cargo. Tais documentos devem ser na maior quantidade possível e com a máxima abrangência relativamente aos últimos 5 anos;
- O servidor deve fazer com suas próprias palavras um breve relatório das atividades que desempenhou em desvio de função e respectivos períodos nos últimos 5 anos;
- Procuração com firma reconhecida;
- Último contra-cheque, RG e CPF;
- Comprovante de residência;
- Declaração para fins de pedirmos assistência judiciária gratuita, para quem recebe até 10 salários mínimos líquidos;
- Fichas financeiras dos últimos 5 anos.

OBS. A procuração referente ao ingresso desta ação encontra-se disponível no site do sindicato: www.sindprevspr.org.br

AÇÃO DO SINDPREVS CONTRA AUMENTO DA GEAP

Lamentavelmente a justiça no Brasil quase sempre beneficia os mais ricos e pune severamente os mais pobres. Podemos acrescentar aqui que a justiça também é severa para a classe trabalhadora, que é sempre punida quando vai à luta, a exemplo da Greve do Seguro Social, quando os magistrados do STJ deferiram Liminar que veio como uma autorização para o governo punir os trabalhadores. Todos os setores do governo, sem nenhuma consideração quando aplicaram punições aos trabalhadores que participaram da greve, diziam estar cumprindo a lei. Agora na hora de cumprir a mesma lei para beneficiar os servidores como foi a Liminar contra o reajuste abusivo da GEAP, que foi também foi deferida em Junho, nada fazem, agem com a hipocrisia que faz parte da personalidade das pessoas autoritárias, julgam estar acima do bem e do mal.

Entendam a questão

Em março/09 os trabalhadores do Ministério da Saúde foram surpreendidos com comunicado da GEAP informando que as mensalidades da GEAP/SAÚDE sofreriam reajuste autorizado pelo CONDEL (Conselho Deliberativo). Lembramos que essa aprovação do reajuste contou com Voto Contrário dos representantes da FENASPS na GEAP que denunciaram essa aprovação como ilegal e imoral, uma vez que os novos valores seriam impossíveis de serem pagos pelos trabalhadores que não receberam reajustes suficientes para bancar as novas mensalidades, sendo "empurrados" para uma nova modalidade onde não receberiam a mesma cobertura de seus planos atuais. Isso causou revolta nos trabalhadores que foram em caravana a Brasília e nos dias 18 e 19 de março protestaram diante dos prédios do Ministério da Saúde, INSS e da própria GEAP, quando interrompemos reunião do CONDEL para protestar contra esse reajuste abusivo e lesivo aos trabalhadores. No dia 20 de março a Justiça Federal de Brasília deu Liminar favorável à FENASPS, e mais tarde, a própria Justiça suspendeu os efeitos desta Liminar para quem não fosse da base do SINDPREVS de Brasília. Nesse meio tempo, também a direção do INSS aceitou o aumento proposto pela GEAP. O Paraná ingressou com pedido de Liminar junto à Justiça Federal de Curitiba e somente no dia 9 de junho a Juíza Tânia Maria Wurster, da 1ª Vara Federal concedeu Liminar ao SINDPREVS cancelando o aumento nas mensalidades da GEAP para os filiados ao sindicato do INSS, Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho.

A Ação da GEAP está na seguinte situação:

1) A Juíza pediu que o SINDPREVS apresentasse uma lista com os nomes dos filiados ao sindicato, ao que apresentamos uma petição explicando que além do sindicato representar toda a categoria e a GEAP, além de não cumprir a determinação recorreu ao Tribunal Regional Federal. Mais uma vez requeremos à magistrada que exija da GEAP, INSS, MINISTÉRIO DA SAÚDE, PREVIDÊNCIA e ANVISA o imediato cumprimento da Liminar;

2) A fim de assegurar o cumprimento da Liminar, a Assessoria Jurídica do Sindicato fez contato com o Procurador da GEAP em Brasília, o qual afirmou que se for encaminhada uma relação com todos os servidores filiados, este providenciará diretamente por lá o cumprimento da decisão. O SINDPREVS já requereu junto aos Recursos Humanos de todos os órgãos a relação dos servidores, e vamos requerer da GEAP o cumprimento da Liminar, bem como na Justiça a devolução dos valores abusivos cobrados das mensalidades dos participantes do Plano GEAP/SAUDE.

3) Os agravos que a GEAP e o INSS entraram no Tribunal Regional Federal tentando cassar a liminar FORAM IDEFERIDOS.

Trabalhadores do MTE paralisaram por 24 horas pela Implantação da Nova Carreira

Neste dia 27 de julho, os servidores do Ministério do Trabalho protestaram pela demora nas negociações para aprovação de Nova Carreira. A minuta da Nova carreira foi fruto de intensos estudos realizados pelas entidades sindicais representativas e foi entregue em fevereiro/09 ao Ministro do Trabalho Carlos Lupi que a encaminhou ao Ministério do Planejamento, onde se encontra até agora. Passados cinco meses, o Planejamento nos informa que ainda está analisando a proposta de Plano de Carreira, apresentada pelas entidades em curto prazo, para depois disponibilizar para debate com a categoria e membros do Grupo de Trabalho a ser formado pelo governo com as entidades sindicais. Vejam bem, em GT a ser formado. Consideramos essa informação como um ataque aos trabalhadores, uma vez que esse GT já deveria estar funcionando para que, quando a minuta da Nova Carreira chegar já estivessemos adiantados nas demais questões. Isso se faz necessário porque sabemos muito bem que ao governo a demora é sua aliada e inimiga dos trabalhadores.

No Paraná, paralisaram as atividades os trabalhadores de Curitiba, Londrina, Cascavel, Foz do Iguaçu e Ponta Grossa que realizaram manifestações em frente a Superintendência Regional do Trabalho em Curitiba e nas DRTs pelo estado entregando Carta Aberta à População relatando a demora do governo em negociar com os servidores.

No Brasil, além do Paraná e Distrito Federal, ocorreram paralisações em Paraíba, Maranhão, Amapá, Espírito Santo, Ceará, Rio Grande do Sul, Bahia, Goiás, São Paulo, Minas Gerais, Amazonas, Alagoas, Tocantins, Mato Grosso, Pernambuco, Santa Catarina, Rondônia, Sergipe, Rio de Janeiro, Acre, Mato Grosso do Sul e Piauí.

Os trabalhadores aguardam a posição do governo, mantendo a mobilização permanente, podendo realizar novas paralisações a qualquer momento se o governo não avançar nas negociações.

PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES PARA A NOVA CARREIRA:

- 1) Manutenção da atual Jornada de Trabalho;**
- 2) Remuneração Justa;**
- 3) Melhores Condições de Trabalho;**
- 4) Incorporação imediata das Gratificações Produtivistas;**
- 5) Paridade de Reajuste entre Ativos e Aposentados.**

Ameaça de extinção da FUNASA preocupa trabalhadores

A cada dia surgem boatos dando conta que a FUNASA será extinta. Isso perturba o desempenho das atividades diárias e deixa os trabalhadores preocupados. A realidade da Saúde Pública do País demonstra a incompetência do Ministério da Saúde para fazer o controle e combate às endemias que apresentam índices alarmantes mesmo no inverno, com baixas temperaturas. O governo não demonstra qualquer preocupação com as políticas de saúde preventiva no país. Endemias praticamente extintas voltam com mais força, vejamos que a Malária, Febre Amarela, Dengue, Tuberculose, Leshimanirose e Chagas. E agora os brasileiros estão assombrados com a pandemia provocada pela Gripe A que tem altos índices de letalidade e por isto deveriam receber atenção redobrada do Ministério da Saúde, aproveitando a experiência técnica dos trabalhadores da FUNASA, que já demonstraram possuir a qualificação necessária para combatê-las. Mas com o processo de descentralização, os servidores foram jogados aos Estados e Municípios, que não assumem qualquer contrapartida, fazendo com que estes trabalhadores fiquem abandonados, subaproveitados, enquanto que e a população vive em constante risco pelo abandono da Saúde Pública.

“Cedidos ao SUS”

Os servidores da Funasa tiveram desagradável surpresa ao conferir os contracheques de julho. Nele está a situação funcional para “cedidos ao SUS”. Não pelo fato de estarem exercendo atribuições no SUS, mas porque o Ministério da Saúde, sem qualquer explicação, num dia qualquer resolve mudar a nomenclatura dos seus holerites. E para piorar a coisa, nenhum setor de RH conseguiu explicar essa alteração, somente através da imprensa é que se tomou conhecimento de que essa alteração foi imposta por ordem do Ministério da Saúde, alegando que já estava prevista na Lei 8.270 de 17/12/1991, artigo 20º da lei 8.080 que diz “com vistas à implementação do Sistema Único de Saúde, criado pela Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, o Ministério da Saúde poderá colocar seus servidores, e os das autarquias e fundações públicas vinculadas, à disposição dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante convênio, sem prejuízo dos direitos e vantagens do cargo efetivo”. Porque somente agora, após 18 anos desta lei, é que efetuam a alteração funcional? E como não dão qualquer satisfação sobre essa questão aos trabalhadores? Será mais uma obra do descaso que tomou conta do Ministério da Saúde, que vive em permanente guerra com seus subordinados do alto escalão da FUNASA? Inclusive o Ministro vem acusando sua direção como responsável pela existência de corrupção.

A FENASPS está exigindo que o governo informe os servidores de todas estas questões, mas o Ministério que discutir estes pontos em Grupo de Trabalho, que sequer tem prazo para ser instalado.

Incorporação da GACEN já!

Mesmo com previsão na Lei 11.784/2008, que o pagamento da GACEN é devido aos ocupantes de cargos que estão exercendo atividades no Controle de Endemias e Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e FUNASA, surgem boatos da suspensão do pagamento da GACEN. Por erro de interpretação ou erro na forma de executar o disposto na lei, centenas de servidores que entraram em férias ou se aposentaram no País, ficaram sem receber integralmente, ou parcela, a GACEN em seus vencimentos. Com certeza estes equívocos vão gerar ações judiciais para reparação de danos.

O SINDPREVSD/PR e a FENASPS sempre se posicionaram contrários a discriminação no pagamento desta gratificação e lutamos para que o governo estenda o pagamento incorporando-o aos vencimentos de todos os trabalhadores da FUNASA e Ministério da Saúde que trabalham nestas atividades.

Concurso Público já!

Lamentamos profundamente que o governo não consiga administrar a FUNASA como deveria, deixando que ela siga à deriva comandada por aliados políticos do PMDB que nada entendem do Combate às Endemias nem da saúde preventiva que aplicada de maneira correta, além de diminuir essas doenças já citadas, impediram gastos superiores a dois bilhões de reais com médicos, hospitais e remédios. Sem falar que muitos trabalhadores, impedidos de exercer a atividade, ficam “encostados” no INSS, gerando despesas desnecessárias ao erário público. A FUNASA é um dos mais importantes órgãos do Brasil e deveria receber tratamento digno por parte do governo. É isso que os trabalhadores esperam que aconteça e que, para que ela não seja extinta, é preciso repensar a sua descentralização como também a retomada de suas tarefas com a contratação de mais servidores através de concurso público.



Com as frequentes denúncias de crimes ambientais em todo o planeta, com as constantes alterações climáticas, é natural que muitas endemias voltem com mais força ameaçando a vida de centenas de milhões de pessoas pelo mundo. Para combater e impedir a disseminação dessas doenças, os trabalhadores se colocam à disposição para reestruturar a FUNASA retomando um trabalho que era eficiente até que as ingerências políticas viessem a transformar a Fundação em mero cabide de emprego para apaniguados políticos.

A luta que agora se apresenta diz respeito à construção da resistência pelos trabalhadores para impedir a extinção da FUNASA. Não vamos permitir que uma instituição com a história de serviços prestados ao país possa ser extinta porque o governo não consegue controlar a atuação de suas direções. “Não se mata o boi para se extirpar os carrapatos”. Essa máxima popular serve para este caso. Se há problemas na cúpula da FUNASA, que investiguem, apurem e, se for o caso, punam os responsáveis por tais atos. Não aceitamos a extinção pura e simples da FUNASA quando a Saúde Pública passa por sérias dificuldades, mesmo tendo trabalhadores qualificados para combater essas endemias que assolam o país. Pedimos que os companheiros fiquem de olho, pois há entidades por aí mancomunadas com o governo para consumir este projeto sórdido do Ministro (falastrão), queremos dizer, Temporão.

30 dias de Greve uma luta de poucos: benefícios para todos

Com determinação, garra e muita coragem, os servidores do Seguro Social foram à luta, resistiram aos ataques do governo e fizeram 30 dias de Greve. Como nem todos aderiram ao movimento, os grevistas sofreram todo tipo de agressão por parte dos dirigentes do INSS, assédio moral com ameaças de demissão pelo Código 28 e enfrentaram a intervenção da Justiça Federal, que aplicou multa diária de R\$ 100.000,00 (cem mil) reais aos Sindicatos e Federação. Os valores acumulados passam de R\$ 5.000.000,00 (Cinco Milhões de reais). Uma luta para resgatar a dignidade de todos os trabalhadores, um exemplo para a classe trabalhadora brasileira. Após 30 dias a greve foi suspensa, mantido o Estado de Greve para assegurar que sejam cumpridos os compromissos assumidos pelos representantes do governo de retomar as discussões sobre Jornada de Trabalho, Plano de Carreira e Reestruturação dos Cargos.

Uma das questões que foram incluídas no documento negociado em nome do Governo com o Comando de GREVE, pelos Deputados Federais Henrique Fontana (PT-RS) Paulo Rocha (PT-PA) e Maurício Rants (PT-PE), que será discutido com o Ministério da Previdência e INSS, é assegurar aos servidores o direito a continuar cumprindo a Jornada de 30 horas de Trabalho sem haver a redução de vencimentos, conforme estabelece a Lei 11.907/09. Outra questão também importante é a proposta para reduzir a diferença entre o vencimento básico e o valor da GDASS, que poderá chegar até 70% dos salários no final de 2010/2011. A luta da FENASPS é para que os servidores passem a receber por subsídio, ou seja, incorporação de todas as gratificações e neste caso, a avaliação seria para promoção, reciclagem, progressão funcional e na carreira. Além destes pontos o governo também concordou em suspender o controle pelo Ponto Eletrônico até o final de setembro, ficando esta questão para o debate em Grupo de Trabalho, compromisso de ser instalado com a suspensão da greve.

É verdade que a Greve ainda não conseguiu regulamentar definitivamente a Jornada de Trabalho em 30 horas. O governo vai insistir tentando convencer os servidores a cumprirem Jornada de 40 horas utilizando instrumentos administrativos e táticas de cooptação prometendo pagar valores superiores. Enfim, uma guerra será travada no próximo período. Mas foi fundamental a Greve de resistência realizada pelos trabalhadores do Seguro Social. Reabrimos o debate sobre as Condições de Trabalho, Organização da Carreira, Jornada de Trabalho e principalmente a retomada da luta pela Incorporação das Gratificações e o fim do Desvio de Função, onde exigiremos isonomia de salários para trabalho igual.



TODOS OS QUE LUTARAM PRECISAM DE SOLIDARIEDADE

A cúpula do governo Lula está gradativamente aumentando os ataques contra os servidores que fazem greve; descontos de salários, ameaças de demissão e multas pela justiça. Em 2006, 2007 e 2008, mandaram descontar os salários dos servidores do INSS, Saúde e FUNASA que participaram da Greve e todos foram beneficiados com os valores das novas tabelas, **mas somente aqueles que foram à luta é que sofreram descontos em seus salários.**

Na Greve dos Servidores do Seguro Social, em 2009, suspensa após 30 dias, além da intervenção da Justiça, o governo determinou que fossem descontados integralmente todos os trinta dias paralisados com a Greve. No decorrer desta semana, após pressão da FENASPS, enquanto não forem estabelecidas as negociações, manteve os descontos, mas em quatro vezes. A grande maioria dos servidores que participaram da Greve sofrerá descontos variando de R\$ 1.000,00, R\$ 2.000,00, R\$ 3.000,00 até R\$ 4.000 mil reais, correspondendo aos dias de Paralisação (Código 28) e duas horas (Código 10).

Não há dúvida que a determinação de ir à luta destes servidores é um marco na retomada das nossas conquistas e principalmente a manutenção das 30 horas. Agora será necessária a solidariedade de todos para que estes lutadores tenham condições de subsistência, enquanto não forem realizadas as negociações com o governo para devolução dos valores ou suspensão dos descontos. A fim de buscar uma solução possível, a diretoria do SINDPREVS, cumprindo deliberação de Plenária Estadual realizada em Curitiba no dia 30 de Maio, que contou com 122 representantes de 21 Cidades do Paraná: ‘efetivou Desconto Extraordinário de uma Mensalidade de todos os Filiais’.

Conforme já havíamos informado anteriormente, os valores serão para custear as despesas com a greve e para prestar solidariedade aos servidores que sofreram descontos em seus salários. Para que não paire nenhuma dúvida, orientamos a todos os servidores que não concordarem com o valor descontado extraordinariamente, que entrem em contato com o SINDPREVS/PR, que fará o reembolso deste valor.

PARABÉNS A TODOS OS QUE LUTAM, POIS QUEM É DE LUTA JAMAIS DESISTE!



APS XV DE NOVENBRO
CURITIBA

Parabéns a todos que os lutaram, homens e mulheres que não tiveram medo da repressão, enfrentaram as agressões da Polícia Federal, não aceitaram a intervenção da Justiça e provaram que podemos fazer a história com nossas próprias mãos. A batalha foi suspensa, a guerra pelas 30 horas não terminou, está apenas começando. Em homenagem a todos que ousaram lutar, em resposta as mentiras e calúnias contra os lutadores, deixamos aqui um poema de Raul Seixas: *“Todo jornal que eu leio, diz que a gente já era que já não é mais primavera, Oh, Baby, a gente ainda nem começou”. “Veja não diga que a canção está perdida, tenha em fé em Deus tenha fé na vida, tente outra vez. Tente levante sua mão, tente e recomece a andar, não diga que vitória esta perdida, se é de batalha que vive a vida. Tente outra vez”.*



APS DA CÂNDIDO LOPES - CURITIBA



ATO EM ITAJAÍ - SANTA CATARINA



COLETA DE ASSINATURAS PARA CPI DA PREVIDÊNCIA - CURITIBA



AUDIÊNCIA PÚBLICA NO SENADO - DF



GERÊNCIA DO INSS - MARINGÁ



GERÊNCIA DO INSS - CASCAVEL



GERÊNCIA DO INSS - CURITIBA